

Contas públicas Marcha a Brasília

Mil prefeitos se mobilizam contra PEC

— Custo de medidas dos três Poderes, que desfalcam finanças municipais, chegaria a R\$ 250,6 bi por ano, estima a CNM, de onde protesto sai hoje em direção ao Congresso

ADRIANA FERNANDES
BRASILIA

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promete colocar hoje, no Congresso, cerca de mil prefeitos de todo o País numa mobilização contra as medidas que vêm sendo aprovadas pelo próprio Congresso, pelo governo e pelo Supremo Tribunal Federal que aumentam gastos e reduzem receitas dos municípios. A três meses das eleições, a CNM afirma que a "pauta grave dos três Poderes" já provocou um custo de R\$ 73 bilhões por ano.

Com outras medidas ainda em estudo, como a chamada "PEC Kamikaze", a CNM estima que o encargo global pode

chegar a R\$ 250,6 bilhões. Pelos cálculos da confederação, só os municípios paulistas teriam uma perda potencial de R\$ 27 bilhões por ano.

A concentração de prefeitos — estão inscritos cerca de mil, conforme a CNM — é pela manhã, na sede da entidade. À tarde, eles rumam ao Congresso, onde vão entregar aos parlamentares o mapeamento do impacto das medidas em cada município.

"Nosso papel é dar transparência. Que o governo e o Congresso contestem esse número e digam que não é verdade", diz o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Para ele, o problema não tem tido a repercussão política que a sua gravidade exigiria. Ziulkoski criticou também a

"A PEC do inferno, PEC Kamikaze, seja lá o nome que tiver, quem paga essa conta de janeiro em diante?"

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

forma como a "PEC Kamikaze" está tramitando no Congresso em ano de eleições.

A CNM quer chamar atenção para o custo elevado das medidas para as finanças dos municípios, onde muitos pretendem se reeleger. Apesar do desgaste com os prefeitos, os deputados e os senadores seguem aprovando as medidas, entre elas, o projeto

que fixou um teto entre 17% e 18% para o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte urbano e telecomunicações. O impacto dessa medida é de R\$ 22,06 bilhões. Para as despesas, o potencial de aumento é de até R\$ 176,8 bilhões por ano, dos quais R\$ 41,9 bilhões já aprovados.

As pautas de redução de arrecadação têm impacto estimado pela CNM de R\$ 51,6 bilhões por ano, sendo R\$ 31,2 bilhões de medidas já aprovadas.

SEDUÇÃO POR EMENDAS. O presidente da CNM reconheceu as dificuldades que a entidade tem tido para se fazer ouvir no Congresso, e apontou, entre as razões, além das eleições, a distribuição de recursos do Orça-

mento por meio de emendas.

Para justificar as medidas, governo e parlamentares argumentam que a redução de receita é justificada, já que Estados e municípios têm apresentado arrecadação elevada. O presidente da CNM pondera que não há garantia de que os resultados excepcionais de arrecadação dos últimos meses vão se sustentar nos próximos anos. Os prefeitos querem que o Congresso aprove a Proposta de Emenda à Constituição 120, de 2015, que proíbe a União de criar encargos financeiros para Estados e municípios sem a previsão de transferência de recursos para o seu custeio. ●

DANILO FORTE: TEM DE TER VALE-UBER;
E COMO VALE TAXI. PÁG. B2

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1